



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 43

Sessão Ordinária Abril

2.ª Reunião em 26/04/2016

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Primeira Secretário Maria José Teixeira de Morais Afonso França, na qualidade Presidente da Mesa, Secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, na qualidade de Primeiro Secretário, e a Vogal Mónica Filipa Cristovão Gomes, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Miguel António Costa da Silva, Anabela de Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Viera dos Santos, Jorge Manuel do Nascimento, António dos Santos Costa, Nuno Frederico Miranda Leite, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram o Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, e os Vogais Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe (chegou às 21:00 horas), Eduardo Elísio Silva Peralta Feio (chegou às 22:30 horas), Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não esteve presente o Vereador, João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Maria Leonor Nunes dos Reis, Anabela de Almeida Saraiva, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, João Carlos Rodrigues Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, João Condinho Vargas, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Nuno Orestes Vaz da Silva, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando a Presidente da Mesa em Exercício deu continuidade à “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para a Sessão Ordinária de Abril.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, de 2015, da Câmara Municipal de Aveiro;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 30/03/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa em exercício⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“Boa noite a todos. Em termos de introdução neste ponto, darei nota também dos pontos que se seguem até ao ponto sete porque as matérias estão, obviamente, ligadas. Independentemente de voltar a intervir nos outros pontos se entender relevante a minha ideia base é nesta introdução deste ponto fazer a introdução a todas estas matérias que respeitam à vida financeira da Câmara Municipal, das Empresas e Entidades do seu universo municipal, do ano que acabou, do ano de dois mil e quinze.

Em primeira instância para dizer duas ou três questões principais. A primeira é de um balanço globalmente positivo do exercício na medida em que conseguimos ao mesmo tempo prosseguir e concretizar objectivos importantes da reforma da Câmara, e quando eu falar da Câmara é da Câmara e do seu universo municipal, na componente organizacional. Esta componente organizacional tem também um relevante impacto na componente financeira. Nalgumas componentes com mais despesa sobre o ano de dois mil e quinze mas com ganhos de poupança para dois mil e dezasseis e seguintes, nomeadamente as rescisões de mútuo acordo que se realizaram em dois mil e quinze, e que foram alvo das devidas indemnizações, tiveram um custo sobre dois mil e quinze e, obviamente, têm uma poupança no exercício que já estamos a viver de dois mil e dezasseis. Na componente da reforma financeira foi o ano em que não tivemos o Visto do Tribunal de Contas ao nosso Programa de Ajustamento Municipal (PAM), nem tivemos decisão. Como sabemos a decisão já veio no início de dois mil e dezasseis e por isso não tivemos em dois mil e quinze nenhum impacto que pudesse ter derivado do Visto do Tribunal de Contas que daria o início formal da execução plena do PAM sobre dois mil e quinze e, portanto, o ano foi gerido com esta condicionante. O que quer dizer que nas

matérias graves para a despesa, no sentido da utilização de recursos de monta relevante como é o serviço da dívida bancária, durante o exercício cumprimos o serviço da dívida bancária normal, como tínhamos que fazer. Foi a nossa opção independentemente do exercício de conquista do direito de implementar em pleno o PAM, mas não deixaríamos de cumprir todas as nossas obrigações, nomeadamente aquelas básicas como pagamento de ordenados, serviço da dívida bancária e dos chamados serviços públicos essenciais. Dois mil e quinze concretiza essa operação com notas globalmente positivas. Nós olhamos para os resultados operacionais da Câmara e eles têm essa dimensão; olhamos para os resultados operacionais da MoveAveiro, eles não são positivos, mas melhoraram substancialmente em relação a dois mil e catorze; temos na EMA um resultado operacional positivo, embora não deva ser lido de forma plena porque ele é contabilístico, na medida em que o pagamento da seguradora da obra de beneficiação da cobertura entrou a receita em dois mil e quinze e não saiu a despesa já que ela só irá ocorrer em dois mil e dezasseis e isso transformou o resultado operacional da EMA de pouco negativo em pouco positivo, temos que ler as coisas como elas são, mas se tirássemos essa operação tínhamos também uma evolução positiva dos resultados operacionais da empresa. A MoveAveiro tem um bom exercício, tem um exercício positivo, de resultados operacionais positivos. Obviamente que estas notas positivas, algumas delas já são positivas de valor absoluto outras são de evolução positiva, são resultado das muitas medidas de gestão que fomos aplicando, não só em dois mil e quinze, muitas delas já se aplicaram em dois mil e catorze, da quais a sua expressão financeira vai acontecendo ou vai sendo mais evidente com o tempo. As contas da Câmara e das Empresas Municipais têm esta evolução francamente positiva, depois podemos destacar um ou outro número. O número da dívida do universo é um número que tem que ter um ou outro lugar especial, são catorze mil euros de redução da dívida total, o que é um valor muito bom. Nós, em dois anos, conseguimos reduzir a dívida em cerca de vinte e oito milhões de euros, por isso ela passou de cento e cinquenta milhões para cento e vinte e dois. É uma evolução muito forte, de sentido claramente positivo, embora seja sempre bom repetir e lembrar que há bom caminho feito, dois mil e quinze foi um bom ano, mas há ainda muito caminho que temos para fazer e que já estamos a fazer neste ano de dois mil e dezasseis e, seguramente, teremos que prosseguir nos anos que vamos ter pela frente. Isto fez com que nós fossemos materializar na dimensão financeira medidas cautelares que quisemos ter em dois mil e quinze, nomeadamente a medida de gerirmos a manutenção na nossa tesouraria os dez vírgula cinco milhões de euros do adiantamento do ATU que recebemos entre Outubro de dois mil e catorze e Abril de dois mil e quinze. Em termos de tesouraria já não precisamos dele mas para a gestão total da Câmara precisamos desse valor e não sabemos, vivemos neste momento uma indefinição legal, quando é que temos que devolver esse valor à DGTF. É bom não esquecer que, ao abrigo da lei, tínhamos seis meses após o ATU para o devolver, apenas há uma discussão que ficou, neste momento, de ganho para os municípios que receberam o ATU que é a de o ATU dever ser devolvido com a aprovação do PAM só que a aprovação do PAM tem aquela leitura de quando é que o PAM está aprovado. No nosso caso o PAM está aprovado, pelo Fundo, desde Setembro de dois mil e quinze mas a leitura que temos nós, e tem toda a gente, até a própria DGTF acabou por assumir essa leitura, o PAM é aprovado no sentido da execução e esta execução precisa do visto do Tribunal de Contas. Quisemos gerir essa operação porque, de um momento para o outro, esse apoio à tesouraria é transformado em fundo, em parte do apoio total, da assistência financeira total que o Fundo fará à nossa Câmara Municipal e, por isso, temos que, em termos de afetação à despesa do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e à gestão da Tesouraria, ser cautelares. Mais importante do que isso foram os cerca de três

vírgula pouco milhões de euros que de facto disponibilizámos. Conseguimos fazer esta gestão no tal equilíbrio entre a redução da despesa e o aumento da receita, tendo a receita duas fontes principais: uma que foi o aumento da nossa receita fiscal, com sede base ou com sede principal no IMI; e, em segundo lugar, a venda patrimonial de dois tipos de património: as duas lojas no Centro Comercial Glicínias e a venda das nossas ações, da nossa participação social, na ERSUC. Veio, mais ou menos, cerca de quarenta por cento desta segunda componente e cerca de sessenta por cento da primeira componente. Isto permitiu que, além do mais, tomássemos as medidas extraordinárias de gestão que já tomámos, já falámos sobre isso no primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, para que nós pudéssemos gerir o melhor possível esta fase entre a recusa que tivemos do Visto ao PAM e o Visto que havemos de ter com o tal ponto de interrogação do quando, do tempo em que isso acontecerá. Fomos cautelosos na gestão deste período de tempo preferindo, obviamente, que ele não acontecesse, preferindo que ele seja o mais curto possível, mas essa dimensão não está na nossa mão e agora não está mesmo porque aguardamos a decisão do recurso que apresentámos no dia doze de Fevereiro ao Tribunal de Contas. Entretanto, essa disponibilidade está traduzida na nossa revisão, na primeira revisão, às GOPs e ao Orçamento, pegando nela e integrando o saldo nas várias rubricas, numa componente, a tal dos três milhões, com cuidado, com definição de pormenor cuidada, na outra componente meramente referencial esse dinheiro terá um outro destino, em termos de exercício financeiro, e aí não houve esse cuidado mas falaremos sobre isso na Revisão Orçamental. Esta foi a construção que fizemos na gestão financeira do ano e depois é o exercício normal da transposição desse saldo para a conta que já estamos a executar, ou melhor, para o Plano e Orçamento que já estamos a executar em dois mil e dezasseis. Neste tempo, precisamos de mais tempo para terminarmos as operações de internalização das nossas empresas municipais. As três em estados muito diferentes. A TEMA que neste momento só está pendente por causa dos recursos humanos e do PAM, portanto, da internalização da dívida que será feita com o Visto do PAM e os funcionários que aguardam essa definição de pormenor para lançarmos os concursos para os lugares daqueles funcionários que assinaram os acordos de cedência em contracto de prestação de utilidade pública entre a TEMA, o Funcionário em causa e a própria Câmara Municipal de Aveiro. Repetir que, na TEMA, toda a operação já está a ser executada desde Janeiro diretamente pela Câmara Municipal de Aveiro; toda a operação de gestão, de despesa, de manuseamento da receita, toda a operação já é feita desde Janeiro pela Câmara. Na EMA a situação é igual à TEMA embora com uma dimensão diferente. A EMA também aguarda o PAM para se internalizar a dívida e a podermos pagar. Quanto aos funcionários é apenas um porque dos dois apenas um assinou o acordo de cedência. Portanto, as questões são as mesmas embora a dimensão seja menor. Na MoveAveiro, obviamente, acresce a tudo isto o processo do início da concessão sabendo que nesta semana, depois das múltiplas diligências que o processo teve, está marcada para quinta-feira a assinatura do contracto e depois, no dia seguinte ou na segunda-feira, o contracto segue para Visto do Tribunal de Contas. É nesta fase que está o processo de concessão e como todos temos muito boa consciência o processo de concessão condiciona um conjunto de aspectos importantes da operação de extinção e internalização da MoveAveiro. Aqui está a justificação para a prorrogação de seis meses do processo de internalização da TEMA e da EMA e de um ano da MoveAveiro, sabendo que a operação da MoveAveiro, além de ser a maior é a mais complexa em todos esse processos, lembrando a todos que a TA era de todas a mais fácil de extinguir foi finalmente extinta, embora tivesse custado tanto a sua definitiva e plena liquidação. Entendemos, por força da circunstância do processo do nosso Visto do PAM, e ao contrário do que era para nós expectável que era termos o

PAM visado e não voltávamos a fazer relatórios de avaliação do Plano de Saneamento Financeiro, com a circunstância que temos em mãos, que devíamos pôr em ordem a avaliação do Plano de Saneamento Financeiro e, por isso, aqui está o décimo terceiro e o décimo quarto relatórios do Plano de Saneamento Financeiro e que na sua substância confirmam a opção que tivemos desde o décimo relatório e que nos mostra que não há ponta por onde se lhe pegue e, portanto, seguimos o caminho que estamos a seguir com um Plano de Saneamento Financeiro novo, com o quadro legal que está em vigor e o nome que a Lei instituiu e que é Programa de Ajustamento Municipal.

A última nota que coloco nesta introdução tem a ver com a dissolução e a extinção da AGIR. A AGIR era, era não, ainda é porque não está plenamente extinta, é uma Associação criada entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Associação Comercial de Aveiro, criada para aceder à utilização de determinado tipo de fundos do QREN para apoio basicamente à dinamização do chamado urbanismo comercial, dinamização comercial das cidades. Teve a sua utilidade, fez as suas coisas mas, aquilo que interessa desde dois mil e treze até hoje, e especialmente no quadro do Portugal2020 é que a AGIR não tem utilidade nenhuma. Portanto, fomos acabando com a AGIR, acabámos logo com o seu passivo que era de cerca de sessenta mil euros, limpámos o seu passivo já que a Associação Comercial de Aveiro não era um parceiro para tratar desta tipologia de coisas. Fizemos o caminho, tomámos os vários passos formais para a sua extinção de que um dos últimos, ainda não é o último, passos formais é a deliberação da Assembleia Municipal para podermos prosseguir o caminho de extinção da AGIR. O modelo novo nestas matérias assenta no PEDU, Plano de Estratégia e Desenvolvimento Urbano, e não há lugar para AGIRs. O modelo é um modelo que assenta na titularidade de entidades que existem, que têm currículo e que poderão vir a jogo no quadro das operações do chamado desenvolvimento urbano. Portanto, será a Câmara, será a Associação Comercial, serão outros atores públicos ou privados, que virão a jogo. O Portugal2020 acabou com esta tipologia de operações que o QREN teve e estimulou bastante e que muitos municípios utilizaram na criação de entidades que, no fundo, eram instrumentos para se aceder à utilização de determinados filões de fundos comunitários de vária condição, ou melhor, com várias tipologias de interesses.

Esta é a nota de introdução global numa Câmara Municipal que teve um ano muito intenso em termos de reforma. Nós já baixámos a fásquia dos setecentos funcionários no total das nossas entidades. Prosseguimos esse caminho sendo evidente que tivemos um somatório de instrumentos em dois mil e quinze, dos quais as rescisões por mútuo acordo forma o mais anormal dos instrumentos; foi um instrumento que nunca existiu na administração pública local e que com o actual Governo e a actual maioria parlamentar que o sustenta não se perspectiva que volte a existir. Nós disponibilizámos aquele instrumento a todos os funcionários da nossa Câmara Municipal e existiram vinte e um que acederam a fazê-lo. Além de outro tipo de rescisões por mútuo acordo nas empresas, dos funcionários que tinham contractos individuais de trabalho e que eram bastantes. Gerimos esse processo bem, de forma tranquila. Além dos processos de aposentação que continuaram, embora com algumas infelicidades, nomeadamente dos três funcionários que faleceram durante o ano mas essa é a outra condição da vida que nós apenas temos que respeitar e seguir em frente com a vida da gestão da nossa Câmara Municipal. O balanço social faz essas notas, os rácios e os parâmetros da nossa Câmara estão dentro daquilo que são as médias nacionais de um país que, em regra, paga catorze ordenados e tem dez meses de trabalho, um de férias e um de atestados médicos, faltas e licenças. A média de Portugal anda por aqui, catorze meses de ordenado e dez de trabalho. Nós tivemos um valor acima dos dezoito dias de média por funcionário de atestados, faltas e licenças, que é um valor ligeiramente abaixo da média, mas é só ligeiramente. Mas mais

importante que isso este foi também um ano em que a estrutura soube adaptar-se e soube ser parte muito importante de todos os processos de reforma e desenvolvimento das novas políticas que estão em curso. Isso é o mais importante que temos, lembrando que dois mil e quinze foi o primeiro ano completo da gestão da nova estrutura de chefias da nossa Câmara Municipal que tinham tomado posse a um de Abril de dois mil e quinze. Portanto, os nossos chefes de divisão fizeram agora um ano e, como sabem, não instituímos e não concursámos, nem nomeámos, o outro patamar da administração que são os diretores de departamento. Dois mil e quinze também teve essa marca de água termos transitado dos chefes em regime de substituição, que foi o regime que instituímos a um de Maio de dois mil e catorze quando entrou em vigor a nova estrutura orgânica que teve como operação mais forte a extinção dos serviços municipalizados, depois foi feito o procedimento concursal que se traduziu com a entrada em funções das novas chefias a um de Abril. A esse nível do balanço social também fazemos um balanço positivo com espaço de progresso que ainda temos pela frente e que procuraremos utilizar no melhor sentido que seja possível dado que os nossos recursos humanos são a peça chave central de toda a operação que temos em mão. Portanto, os recursos humanos e financeiros são a base de toda a operação.

Sr. Presidente e caros colegas é esta nota global neste ponto de avaliação do trabalho e dos desempenhos que conseguimos concretizar no ano de dois mil e quinze, estando ao dispor para o debate ou os debates que vamos fazendo.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[005](#)

“Senhor Presidente de Câmara, sobre este relatório, francamente, não há assim grandes considerações a fazer. O relatório não tem elementos substancialmente diferentes daquele que já foi o relatório passado. Francamente não havia nada a dizer. Mas há aqui uma questão que me suscitou na sua intervenção, que creio é algo de profundamente errado.

Primeiro uma nota a esta questão. O Senhor Presidente, depois de muito pouco tempo de ter tomado posse nas funções de presidente de Câmara de Aveiro deu uma entrevista ao Jornal de Notícias onde se propunha cortar o número de funcionários camarários. A verdade é que aquilo que conseguiu até agora foram as vinte e uma rescisões.

Tal consideração, na nossa opinião, seria negativa porque amputaria a Câmara Municipal de Aveiro de força de trabalho, de capacidade de execução para cumprir as funções de serviço público e as imensas tarefas como uma Câmara Municipal tem e ainda mais num município como o de Aveiro.

Senhor Presidente de Câmara, se isto já era assunto para discussão, dizer o seguinte. O que o Senhor Presidente disse agora a propósito dos dias de licença ou baixa médica é absolutamente desadequado. Já uma vez neste espaço lhe colocámos aquilo que muitos funcionários da Câmara nos relatam de ambientes de pressão, dos exageros, dos excessos de zelo. O Senhor Presidente depois contrapôs que não, que agora sim vinha a moralidade e a idoneidade. Mas a verdade é que este discurso que voltou aqui a fazer e que eu já tinha lido por aí é atentatório daquilo que é a imagem pública dos funcionários da Câmara Municipal de Aveiro, que eventualmente até poderemos admitir que possa haver uma ou outra exceção.

Mas dizer que, a imagem pública dos funcionários é positiva do ponto vista do seu trabalho. E de facto, aquilo que o Senhor Presidente fez é de uma desvalorização absolutamente inadequada — e em muitos anos nesta Assembleia nunca vi um Presidente fazer em relação aos seus próprios subordinados. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

“Boa noite. Vou falar aqui de alguns momentos, no fundo é o que o executivo camarário e o CDS e o PSD nos transmitem através desta apreciação à própria dívida. No fundo há uma dívida antiga que é paga pelo FAM, mas de facto uma nova dívida é criada. No fundo no fundo, estamos aqui a falar de austeridade. Nós não sabemos quantos anos serão de austeridade. Vimos aqui as taxas de execução e o aumento desmesurado de impostos que este executivo está a praticar, mesmo sem ter aprovação do Tribunal de Contas. Estamos sobre resgate e nesse resgate este aumento de impostos brutalíssimos. E também dizer que a perspectiva deste executivo também o apoio maioritário do PSD e do CDS é de que uma dívida antiga e velha passe para uma nova dívida. No fundo estamos a hipotecar o futuro, nos próximos anos estaremos cada vez mais sobre a alçada da austeridade quando o país começa a sair da austeridade com o repor de rendimentos, em Aveiro a prática é colocar mais austeridade em cima da mesa. E isto vem resolver o quê? A tal responsabilidade que falava na última Assembleia tem a ver sobretudo com esta ideia que “isto é inevitável”. Nós temos que fazer alguma coisa e isto é inevitável e temos que arranjar uma maneira. Senhor Presidente, sessenta por cento da arrecadação dos impostos foi a partir do aumento do IMI. O IMI que aumentou 116%!?”

Agora é preciso perceber qual é que é no fundo o objetivo da própria Câmara Municipal. Vamos criar dívida para colmatar dívida anterior, mas e o futuro? Quais são as posições desta Câmara em relação a vários pontos como a Ação Social e a habitação Social. Sabemos que as verbas são insuficientes, mas também percebendo que são insuficientes para cada um destes temas a execução é nula ou quase nula. Daí perguntarmos se a Câmara Municipal pretende seguir este procedimento de continuar esta visão austera relativamente a esta dívida e os aveirenses terem de aguentar este aumento de impostos ou se pretende inverter para outra posição, cum uma posição mais posicionada a favor dos cidadãos. Muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[007](#)

“Boa noite a todos os presentes. Relativamente ao documento que aqui nos é apresentado diria que há aqui duas ou três notas que gostaria de salientar. A primeira é que este é o Relatório de Gestão que não nos tira do limbo. Ou seja, enquanto nós tivermos o PAM pendente, obviamente que tudo o que for aqui apresentado estará condicionado por essa dependência. E portanto analisando este documento à luz dessa premissa é evidente que o que aqui está é o resultado daquilo que o PAM permitiria fazer. Ou seja, maximizar as receitas, otimizar os custos e de alguma forma manter em suspenso um conjunto de processos que terão de ser resolvidos quando o PAM tiver de ser aprovado.

Eu diria que os números não enganam e os resultados globalmente são muito mais satisfatórios do que eram – não posso dizer o contrário seria uma irracionalidade.

Mas durante a apresentação do Senhor Presidente para estes números, suscitaram-me uma dúvida. Tem precisamente a ver com a questão do momento em que se considera o PAM aprovado. Porque nós já tivemos aqui essa conversa há uns tempos relativamente à questão do IMI. Portanto a interpretação para todos os efeitos é de que o PAM estaria aprovado para efeitos de IMI. E consequentemente o IMI teria sido aumentado nessa lógica.

Se eu ouvi bem, para efeitos de devolução do ATU o PAM não está aprovado! Está ou apenas o estará, quando efetivamente entrar em vigor. Ou seja, quando a Câmara tiver

acesso ao Fundo ou aprovação do montante que a aprovação do PAM disponibiliza. Portanto esta nuance muito “fina” que dá precisamente para ser utilizada sem nenhuma intenção maldosa, mas conforme a conveniência.

Agora entendamo-nos. Ou o PAM está aprovado e portanto todas as questões que daí derivam estão em vigor – e estamos a falar do aumento de impostos no máximo e fazemos a devolução do ATU. Ou então o PAM não está aprovado e o ATU não tem de ser devolvido nestes seis meses e conseqüentemente a decisão de aumento do IMI foi uma opção própria do Presidente da Câmara e não a que deriva do PAM.

Esta pode ser uma questão de somenos importância mas não o é. Porque se olharmos para o aumento do IMI em Aveiro estamos a falar de um aumento 18 milhões em 2013 para 25 milhões de 2015. Portanto sete milhões de aumento e esta questão obviamente faz toda a diferença nos documentos que aqui nos são hoje apresentados.

Portanto eu volto à forma inicial e dizer sobre o documento que aqui está porque este deriva precisamente do limbo em que nos encontramos. O que nos leva necessariamente a perceber ou a tentar de alguma forma extrapolar aquilo que será o ano de 2016 para a Câmara Municipal.

E obviamente que vamos estar muito atentos áquilo que será a aprovação do PAM, porque eu diria que não há aqui grande margem de manobra para não continuar a seguir nesta política que é maximizar receitas através de impostos e otimizar recursos. Sendo que a otimização de recursos a partir de determinada altura já não têm mais para onde andar. A não ser que se deixem de fazer coisas. Penso que não é necessariamente esse o objetivo do executivo municipal. Portanto há que encontrar aqui maneira de solucionar este aspecto. Até porque o IMI o Senhor Presidente tanto instou as bancadas da esquerda falassem com o governo que o IMI baixou. Baixou de 0.5 para 0.45, baixou. O Senhor Presidente também disse que não precisava do IMI para gerir a Câmara. E vê-se bem que agora tem aqui um excedente muito grande.

Esta para mim é a questão central. Perceber o que a aprovação ou a não aprovação do PAM vai obrigar o executivo a tomar decisões.

Também gostaria de deixar aqui uma nota bem clara. Porque eu não estive cá na última sessão, mas às vezes ouço coisas que me deixam um bocadinho aborrecido. Que a de ouvir aqui que há alguém a torcer para que a aprovação do PAM corra mal!? E daí que no Partido Socialista não é propriamente essa a posição. Obviamente que o Senhor Presidente sabe onde é que nós discordamos do ponto de vista daquilo que é o PAM apresentado pelo executivo municipal, mas daí até a achar que tudo corra mal para que o município depois entre numa situação que eu digo, verdadeiramente ingerível, há um passo muito distante. E para já é tudo.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁰

Vogal António Neto (BE)⁰¹¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹²

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu quero começar por agradecer ao Senhor Presidente de Câmara e à sua equipa o esforço que tem sido feito na gestão difícil necessária para repor a credibilidade da Câmara Municipal de Aveiro e para que toda a gente nos possa olhar como boas pessoas. Eu acho que só isso em si já merecia o reconhecimento da câmara e o reconhecimento dos cidadãos – penso que isso é muito importante.

Depois deixem-me dizer outra coisa. A Câmara quer-se pessoa de bem e o Senhor Presidente também. Quem é pessoa de bem paga as suas dívidas. Não inventa processos de intenções dos credores para se recusar a satisfazer os compromissos que assumiram. Os compromissos foram assumidos voluntariamente, ninguém os impôs. E portanto esta Câmara o que tem de fazer é pagar as suas dívidas. E se para pagar as suas dívidas isso significa que os contribuintes que foram beneficiados anteriormente têm de ver os seus benefícios retirados neste momento, faz parte da vida. Porque esses contribuintes quando têm dívidas também retiram das suas benesses próprias, aquilo que já não podem continuar a ter.

De maneira que o aumento de impostos é uma consequência direta do facto de anteriormente se ter gasto mais do que se podia gastar. E isso não é responsabilidade desta Câmara Municipal garantidamente, nem é da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara. É da responsabilidade de muitos outros executivos anteriores. E por favor vão ver bem desde quando é que isso aconteceu que é para não haver dívidas sobre a quem cabe a responsabilidade por inteiro.

Depois deixem-me só esclarecer um outro caso. Fala-se muito que a austeridade acabou. Aliás, é fantástico ver como ela acabou porque os truques são ótimos. Notícia de hoje, o défice orçamental do primeiro trimestre agravou em 108 milhões de euros face ao défice orçamental do primeiro trimestre de 2015. A Austeridade vai acabar!? Tenho dúvidas.

Segundo truque que está a ser utilizado, eu nem percebo como é que alguns partidos de esquerda acham bem que se utilize o truque actual. Que fingir que se diminuem os impostos diretos e aumentar os impostos indiretos. Ora se eu bem me lembro, os impostos indiretos são os impostos mais injustos porque são aqueles que vão prejudicar os cidadãos de menores recursos mais que os cidadãos de maiores recursos.

Porque os cidadãos de menores recursos não podem poupar. Gastam todo o dinheiro que recebem. Portanto pagam impostos de todo o dinheiro que recebem. Os cidadãos de maiores recursos que poupam, pagam apenas impostos sobre uma parte, que não é a totalidade daquilo que recebem. Portanto eu acho graça que partidos ditos de esquerda, para não chamar extrema-esquerda, entendam correto que se substitua impostos diretos por impostos indiretos e que batam palmas a isso. Acho imensa graça.

Isso deve ser a nova forma de defender os interesses do proletariado!

Já agora deixem-me só fazer um acrescento. Não temos dúvidas da austeridade que acabou. A Unidade Técnica de Apoio Orçamental afirma que, mesmo em 2020, a carga fiscal será acima da carga fiscal determinada pelo governo anterior em 2013!

Quando foi aquele aumento brutal de impostos, que toda a gente criticou, anunciada pelo Ministro Gaspar, pois a carga fiscal em 2020 será superior a essa. Portanto a austeridade acabou como sabem. E esperemos pelo corte de 1.400 milhões de euros que estão a caminho para cumprir os objetivos de médio prazo. E a austeridade acabou. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[014](#)

“Muito obrigado a todos. Ficou claro nesta ronda que o balanço é positivo. O facto das bancadas não quererem discutir as matérias e a substância da matéria é uma evidência, permitam-me a interpretação, mas em termos políticos parece-me óbvio, tirando a expressão do Francisco Picado que os resultados são muito mais positivos do que o que eram. Fica essa nota como frase clara e verdadeira porque é o que é. As coisas são o que são. Quem não leu os documentos ou quem está preocupado em defender a honra a um convento cujos líderes, monges desse convento desarpam do convento e não querem

saber do convento para nada é que baralha o raciocínio objetivo que é o raciocínio que nós deveríamos estar todos aqui a fazer.

Eu queria dizer ao Filipe Guerra que fará o que muito bem entender mas agradecia-lhe que não deturpasse as minhas intervenções. Até porque eu sou sempre muito claro a falar sobre os funcionários da Câmara, seja em público, seja aos próprios funcionários da Câmara. Não vale a pena é adulterar, como fez, completamente as minhas palavras. Repetindo só uma ou duas frases quando chegámos à Câmara a nossa Câmara era péssima em termos de funcionamento, etc., que hoje, a nossa Câmara, já atingiu um patamar de razoabilidade, já é razoável, e, nalgumas das suas dimensões, das suas componentes, a nossa Câmara já atinge o patamar de bom. Esta é a minha frase que repito. Como repito a frase que disse aos funcionários da Câmara, todos reunidos comigo, as três vezes que tivemos reunião, chamemos-lhe, de plenário, e onde lhes disse que estávamos ali o dobro dos funcionários que seriam precisos. A nossa Câmara não gere receita, não tem dimensão financeira possível para pagar oitocentos ordenados. Não tem. E já não temos as áreas de grande empregabilidade das câmaras municipais e que são águas e saneamento e resíduos. Já não temos. Resíduos já não temos há vinte anos, águas e saneamento há seis. A avaliação que nós fazemos aos nossos funcionários é, globalmente, muito positiva. Mas isto é o que a gente diz, assim como dizemos que foi muito importante a rescisão do contracto por mútuo acordo e foi muito importante alguns dos nossos funcionários que eram origem de problemas muito graves terem ido embora. Quando quiserem, a qualquer um de vocês, em privado, falo com os nomes claro e cristalino. Não vale a pena mentir porque quem disser que eu disse uma coisa diferente desta que acabei de repetir está a faltar objectivamente à verdade e sei que não é apanágio do Filipe Guerra faltar à verdade. As coisas são o que são. Nós éramos oitocentos, hoje somos seiscentos e noventa. Temos que prosseguir um caminho que não tem prazo. Não é possível fazer isto em quatro anos. É muito difícil fazer isto em oito anos com os mecanismos normais que nós temos ao nosso dispor. Obviamente, não voltamos a contar com as rescisões porque não as vamos ter na actual legislatura, não vamos de todo. Falem com as pessoas que saíram, se alguém foi pressionado, se foi não sei o quê; façam favor. Aliás, aconselho todos a falarem com as pessoas para não andarem a dizer coisas que, de facto, não são aquilo que as pessoas pensam, com toda a liberdade e com toda a lealdade. Nós temos uma relação tranquila. Onde é que está a exigência? Vocês usam, especialmente o António Neto, aquelas palavras rebuscadas e mais não sei o quê. O que é que nós queremos? Disciplina, cumprimento de horários, trabalho, seriedade, transparência, rigor, produtividade. Isto são indicadores nos quais a nossa Câmara cresceu imensíssimo nestes dois anos e meio. Mérito nosso que somos os gestores e que trouxemos essa nova lógica, e das nossas chefias e dos nossos funcionários porque é deles o resultado. Esta é a nossa leitura objetiva, feita sempre que abordamos estas matérias ou em público, aqui na Assembleia Municipal ou em privado, na reunião de serviço privadas que temos com as chefias ou com todos os nossos funcionários. Há muito para fazer? Muito. Há espaço de progressão? Imenso. E estamos a trabalhar para que isso seja possível. Agora, as coisas são o que são e não são outras. Portanto, Filipe Guerra, não vale a pena estar aqui com outras palavras, com outras avaliações, porque esta é a nossa avaliação. Hoje, achamos que aquilo que os munícipes do nosso Município dizem dos nossos funcionários é, em termos de avaliação, muito melhor do que aquilo que diziam até Outubro de dois mil e treze. Mas dizemos isto porque os ouvimos, não é porque andamos com os ouvidos tapados e julgamos que é assim. Não. Perguntem às pessoas. Eu gosto sempre de dar alguns exemplos. O exemplo da jardinagem, da gestão dos espaços verdes. Sabeis, todos nós vemos, que hoje os espaços verdes estão, globalmente, bem tratados e de forma permanente. Não estou a

falar como estavam quando chegámos à Câmara que era o desastre total e que, de vez em quando estavam bem uns dias. Sabem quantos funcionários temos a mais na jardinagem? Nenhum. Teremos a menos algum que tenha saído por aposentação. O que é que mudou? Mudou o investimento brutal que fizemos em equipamento, nomeadamente naquilo que se vê mais que são as máquinas de cortar relva. Lembram-se como é que eram os dois hortos municipais? Duas das maiores vergonhas municipais. Um à frente das igrejas de S. Francisco e Sto. António, outro dentro do cemitério de Esgueira. Alguém se lembra o que eram aquelas duas coisas inenarráveis, onde trabalhavam funcionários municipais em condições inenarráveis? Naturalmente que não sabeis porque nunca os visitaram, mas nós vístamos e tomámos uma decisão: demolição. Hoje temos um horto de grande qualidade, com funcionários que trabalham com motivação, com qualidade nas instalações, nos instrumentos. E isto resulta em quê? Aumento da produtividade. Hoje, com o equipamento que temos em termos de cortar relva, fazemos num dia o que na situação anterior levaria dez ou quinze. E isto chama-se o quê? Aumentar a produtividade que para acontecer tem que ter instrumentos e tem que ter gente motivada. Poderia dar muitos outros exemplos, uns que se veem mais porque o serviço é mais externo, outros que se veem menos porque o serviço é mais interno.

António Neto, vou deixá-lo sozinho neta conversa da austeridade porque é uma conversa que já não interessa. Eu só espero que o líder do partido a que eu pertença mude de disquete, não sei se ele já terminou a digestão do Congresso de Espinho, que é para ver se vocês acalmam nesta conversa da austeridade. De facto, acho que é uma conversa...ou então as suas contas de que o nosso IMI aumentou cento e dezasseis por cento. Depois há-de me dar o seu rascunho para eu ver como é que fez a conta porque o seu valor é o dobro daquilo que é a verdade. Há-de ter aí um processo de fazer contas que é um bocado inenarrável.

O nosso processo é um processo credível, sustentado, justificado, e que nós vamos executando de forma equilibrada naquilo que é ter uma quantidade de despesa, seja no funcionamento, seja no investimento, que seja sustentável. O que é ser sustentável? É ser paga com a receita que nós geramos. Isto permite que nós façamos bem o pagamento da estrutura, das nossas obrigações nomeadamente do serviço da dívida, e do investimento. Dois mil e quinze também foi um bom ano no investimento, no usarmos um bocadinho de dinheiro para agora investirmos muito com a soma dos fundos comunitários do QREN, no caso. Neste momento, por exemplo, por ganho de causa de dois mil e quinze, num contracto assinado no dia trinta e um de Agosto já temos, com garantia formal, um montante de financiamento muito relevante ara investimentos que já estamos a prepara na área da educação, na área da saúde, na área da cultura, entre outras.

Este é um exercício objetivo. Também vamos baixar os impostos. Nós já acabámos com a taxa de protecção civil, a taxa turística, reduzimos para todos os cidadãos a taxa de resíduos sólidos urbanos, este ano, em quinze por cento. Lembro que estas taxas que acabei de referir, para muitos dos nossos concidadãos, são redução da factura fiscal porque muitos deles não pagam IMI. Só inquilinos formais nós temos sete mil. Todos esses inquilinos têm hoje uma factura fiscal inferior, connosco, àquela que tinham em Outubro de dois mil e treze. Esta é a verdade. E se o Bloco de Esquerda tivesse apoiado o Partido Comunista e o Partido Socialista não tivesse feito a pressão que fez íamos ter, em Novembro, um IMI de zero quatro. O Bloco de Esquerda lavou as mãos como o Pilatos, enganou-se a fazer as contas por que o IMI Familiar, o novo IMI Familiar à moda do Bloco de Esquerda é bem pior ou menos bom do que o IMI Familiar que hoje está em vigor. As pessoas que têm filhos vão ter uma redução financeira menor com o IMI Familiar à Bloco de Esquerda do que têm hoje com o IMI Familiar à moda da ex-maioria PSD-PP. As contas são fáceis demais de fazer, fáceis demais. O problema é que

há malta que não faz as contas e que depois fala sem fazer as contas. Foi pena que o Partido Socialista tivesse resistido à proposta do Partido Comunista e que o Bloco de Esquerda tivesse lavado as mãos como o Pilatos e a proposta que era de zero quatro para a taxa máxima ficou em zero quarenta e cinco. Já o dissemos e aqui repito, para nós gerirmos a nossa Câmara bem, pormos a dívida num patamar de pagamento sustentável, de cumprirmos os nossos serviços essenciais, aproveitamento dos Fundos Comunitários, etc., um município como o nosso dá-se muito bem com zero quatro, não precisamos de zero cinco. Vamos baixar para zero quarenta e cinco porque a lei nos vai permitir essa redução. Vamos ter uma baixa de IMI mas temos pena que seja só para zero quarenta e cinco, mas olhem... antes zero quarenta e cinco do que zero cinco. Agora dirá o Bloco de Esquerda “vai baixar um bocadinho a austeridade em Aveiro”. Até podem dizer, nós não repetiremos essa frase. Nós achamos que o prejuízo, o Paulo Marques chamou a atenção disto, o prejuízo social no nosso município, daquilo que não se fez nas estradas, no parque escolar, nos equipamentos desportivos. Aveiro é o único município que eu conheço no país que não tem um pavilhão desportivo municipal. Acho isto chocante. Aveiro é dos poucos municípios que eu conheço que não tem uma piscina municipal. Isto é chocante. Quem é que está feliz com isto? Alguém está feliz com isto? Ninguém está feliz com isto. Mas é a nossa realidade. E deixámos o comboio passar porque o comboio onde vamos agora não tem fundos comunitários para fazer piscinas ou pavilhões municipais. Temos que, um dia, conseguir ir lá e temos que conseguir mas pela nossa competência de gestão e pela nossa forma de gerir bem a despesa. E lá iremos, vamos conseguir ir. Não acredito neste Quadro e no próximo duvido muito que voltemos a ter a possibilidade de aceder a fundos comunitários para apoiar esse tipo de matérias. A acção social, António Neto, de facto, capacitámos. Na despesa de dois mil e quinze já há despesa do nosso Fundo de Apoio às Famílias. Foi o primeiro ano de funcionamento, funcionou, estamos a ajudar famílias diretamente do nosso orçamento. Quinta-feira, na reunião de Câmara vamos aprovar um pacote enorme de habitação social que nos deu dois anos de trabalho que é o lançamento de concursos para qualificar os fogos que miseravelmente se abandonaram e que deixaram de ter condições de habitabilidade para as pessoas lá viverem, são quase cinquenta fogos que a Câmara abandonou; mas abandonou não foi porque a malta era desleixada e não queria ter as coisas bem. Os nossos antecessores queriam ter as coisas bem, mas não tinham dinheiro, preferiam dar um descontinho e baixar o imposto do que ter mais cinquenta famílias a terem habitação condigna porque, de facto, naqueles fogos não se pode viver. Venham visitá-los. À sua colega, à Rita Baptista, quando estava aqui connosco, quantas vezes eu lhe disse para vir connosco visitar e reunir com a Sra. Vereadora Raquel Madureira que lhe vais mostrar as coisas. Venham visitar as coisas, venham ver alguns fogos nossos que são uma vergonha chocante. Como é que uma Câmara como a nossa tem fogos, agora não habitados, no estado em nós temos. Querem o quê? Impostinhos baixos? Pois quinta-feira, António Neto, vamos aprovar uma série de concursos. Casa sem rede de gás natural, mas em que mundo é que a gente vive onde ainda há fogos da Câmara, muitos, sem rede de gás natural? Mas vivemos onde? Em Aveiro? Não parece. Aveiro um Município que tem cento e trinta e dois por cento de rendimento per capita, trinta e dois por cento acima da média nacional, parece que vivemos em Aveiro? Não me parece mesmo. E não vou dizer o nome de uma terra portuguesa que parece onde nós vivemos por consideração com essas terras. O trabalho brutal está feito e na mesma reunião de Câmara vamos lançar um concurso cumprindo as boas regras, tudo direitinho, sem esquemas, para que as pessoas que precisam se candidatem para virem a ocupar as casas que entretanto, os fogos que entretanto, hão-de ficar bem e com condições de habitabilidade para as pessoas viverem. António Neto, isto é um investimento brutal; só

nesses fogos o investimento é de cerca de trezentos mil euros. Mas não é um investimento apenas financeiro. Foi o imenso trabalho de engenheiros, de assistentes sociais, de toda a gente, para chegarmos a esta possibilidade. E vamos fazer mais. Porquê? Porque o nosso município com uma Câmara Municipal bem gerida é capaz disto e é capaz de muito mais, com um objetivo primeiro: prestar serviços de qualidade aos nossos concidadãos. É preciso um esforço de todos, um bocadinho mais do que o normal, para que consigamos pôr isto na ordem? É. É sim, garantidamente. Com a garantia absoluta que vamos pôr isto na ordem. Já estamos a pôr isto na ordem e que isso vai-nos aproximando dum ponto de equilíbrio em que podemos aliviar a carga sobre uma parte dos cidadãos, aqueles que são proprietários, há uma parte que não precisa porque já está aliviada que são aqueles que não pagam IMI, e elevar cada vez mais a qualidade e a quantidade de serviços que nós prestamos aos nossos concidadãos.

Francisco Picado, eu não vou cansar o meu amigo, nem cansarmos a todos, porque já falámos aqui umas três ou quatro vezes sobre aquele espaço que não é uma linha clara mas é uma zona de banda sobre o que é o PAM aprovado ou o PAM não aprovado. Indo especificamente à questão do ATU o que a lei diz é que meio ano, seis meses após, o pagamento do ATU ele tem que ser reembolsado. E porque é que a DGTF parou com a exigência de mandarmos o dinheiro para trás? Porque ao legislador não passava pela cabeça que um PAM, ao fim de seis meses, não estivesse executado. Foi só isto. Não passava pela cabeça do legislador, e eu conheço bem o legislador, a DGTF também, andámos todos a trabalhar juntos, que seis meses depois os PAMs não estivessem aprovados. O sentido da palavra aprovado é aprovado no sentido de permitir que o ATU seja incorporado em componente da assistência financeira do Fundo. Agora, há, de facto, um espaço de obrigações que nós temos e um espaço de obrigações que nós não temos. Repito, não é um risco é uma banda. Portimão, que não tem ATU, decidiu escrever ao FAM a perguntar se podia ou não podia ter IMI Familiar. O FAM respondeu formalmente que não podia e em Portimão não há IMI Familiar. Nós entendemos que a norma da lei FAM sobre as isenções ou reduções de impostos não está em vigor por o nosso PAM não estar visado. E nem sequer perguntámos através de ofício nenhum. Tomámos a decisão de ter IMI Familiar e o IMI Familiar está em vigor. Aquelas sete mil famílias que são contribuintes sabem porque já o viram no papel que, entretanto, já receberam para pagamento do imposto. Estes são os exercícios objectivos, mas com uma nota de subjetividade que, à boa maneira portuguesa, a lei nunca é absoluta. Este excedente não é um excedente, Francisco Picado, porque nós continuamos a ter um passivo enorme. Aconselho a falar com os nossos presidentes de junta sobre a importância do pagamento que lhe fizemos ou às pequenas empresas. Sabem que vos tenho dito que temos dívida com dezasseis e dezassete anos. Devo penitenciar-me porque assinei estes dias, tenho assinado montes de ordens de pagamento que os nossos serviços estão a processar, ordens de pagamento de mil novecentos e noventa e cinco e mil novecentos e noventa e seis, a pequenas empresas do nosso município. Falem com essas pessoas que estão a receber o dinheiro, falem com eles que receberam mil euros, são quatrocentas entidades, são uma carrada de facturas, eu nem decorei o nome. Milhares, está tudo a ser processado. Falem com as pessoas, ouçam-nas, o quão importante é para aquela gente que anda há dez anos, há vinte anos, à espera que uma entidade de bem, que o não é, lhe pague. Deixem-se de retóricas absurdas porque se essas pessoas vos ouvirem, sorte vossa que não vos ouvem, ficariam chocadas. De facto, foi chocante o que a Câmara de Aveiro lhes andou a fazer e ainda vai continuar a ser para alguns porque não temos condição de lhes pagar e temos que esperar a assistência financeira do Fundo para podermos pagar.

Dr. Jorge Nascimento eu compreendo, estamos na dialética política, cada um valoriza mais uma componente ou outra; isso é normal. Quando nós fazemos um balanço positivo eu não uso a palavra vanglória, não usso, sinceramente. Nós, o que fazemos é realçar a dimensão positiva do nosso balanço e como qualquer balanço tem positividade e tem negatividade, tem coisas boas e coisas más. E nós realçamos a nota positiva desse balanço. Não há aqui vangloriar porque o conceito de vangloriar tínhamos que estar num outro patamar e termos uma personalidade que não é a nossa. Nós gostamos de valorizar o que fazemos de bem mas daqui até estarmos a vangloriar. De facto não estamos mesmo, embora eu compreenda que o Sr. Dr. puxe esse exagero pela dialética política e sabe bem que eu respeito-o muito e tem que me ouvir dizer isto de vez em quando, é V. Exa. que me inspira, porque, de facto, os dois principais responsáveis pela gestão dos últimos oito anos, que foram copiosamente derrotados em eleições, que encabeçaram as duas listas aos órgãos municipais, decidiram ir embora antes do meio do mandato. Está tudo dito. Depois, nas contas, Sr. Dr., estude mesmo os papéis. Só para a AdRA foi uma despesa com os funcionários que foram para a AdRA foi uma despesa de seis milhões de euros por ano. Faça as contas, pegue no Plano de Saneamento Financeiro e quanto é o custo de todos aqueles funcionários que saindo para a AdRA, aposentações, fim dos contratos a prazo, quanto é que é esse valor. E veja que é um valor brutal, não chega ao valor total da dívida que falou, mas anda lá perto. A avaliação do Plano o que diz é que os ganhos que tivemos, e foram objectivos,, nasceram numa circunstância alheia à Câmara, exceptuando a AdRA que a Câmara de Aveiro foi a favor e muito bem da criação e da adesão, foi uma decisão política da Câmara de Aveiro e das outras câmaras que constituíram a AdRA com a AdP, mas tudo o resto é a ordem natural das coisas, das aposentações e da lei do país que proibiu-nos de termos contractos a prazo com as condições que vínhamos tendo; permanentemente todas as câmaras tinham sempre um grupo, com dimensão relevante, contratados a prazo e tivemos que deixar de ter com um conjunto de condicionalismos.

Quanto aos estacionamento aconselho, Sr. Dr., que veja melhor os limites administrativos entre Aveiro e Ílhavo porque os nossos grandes parques de estacionamento são muito longe do município de Ílhavo. O da Estação, do Canal de S.Roque, o da antiga Paula Dias, os que envolvem o Centro de Congressos, são, de facto, muito longe do limite administrativo de Ílhavo. Eventualmente haverá alguma baralhação da sua parte com os limites administrativos entre Aveiro e Ílhavo.

Quanto ao que é tesouraria, um empréstimo de tesouraria é algo que nós recebemos para tratar maleitas de tesouraria mas que não podemos incorporar como coisa nossa porque algum dia o teremos que devolver. Isto é que é um empréstimo de tesouraria. No caso do ATU nós ao mesmo tempo que vamos devolver os dez vírgula cinco milhões vamos receber um montante igual em sede do empréstimo de assistência financeira do FAM. Mas empréstimo de tesouraria é empréstimo de tesouraria. Qual era a nossa maleita? Era uma incapacidade de pagar a nossa despesa de ordenados, serviços públicos essenciais e dívida à banca, entre outubro de dois mil e catorze e abril de dois mil e quinze. Era ali que tínhamos um problema. Mas este dinheiro não é nosso é um empréstimo que vamos ter que devolver. Portanto, é preciso gerir com juízo porque se não no dia em que tivermos que o devolver temos mais um problema. E é tão fácil gastar dinheiro, é mesmo muito fácil. Aliás, se há município onde isso é fácil de perceber é exactamente no nosso município. E relembro só aquilo que estava fora de conta e que eram onze milhões de euros, registados na auditoria interna, e que estavam fora de conta da dívida e que foram e estão a ser, ainda há uma pequena parte que ainda está em processo de formalização plena, incorporados dentro deste processo.

Ao Prof. Henrique Diz eu só gostava de deixar uma nota de agradecimento pela sua referência e de preocupação por aquilo que ainda hoje ouvi dos líderes do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda à saída da audiência com o Presidente da República e que é dizer o pior que há, de forma civilizada como é evidente, politicamente correcta, do Programa de Estabilidade, embora com aquela virtude democrática que não se vota. A proposta do CDS-PP está votada à miséria porque a esquerda radical que apoia o Governo não quer votar porque se votasse votaria contra porque é contra o Programa de Estabilidade e lá ia o Governo. Enquanto se puderem agarrar uns aos outros mesmo com actos hipócritas como este, como é uma peça central para a governação do futuro próximo do país e o Partido Socialista que gere o Governo que o desenhou e os dois partidos que o sustentam na maioria parlamentar da Assembleia da República são contra embora sejam felizes no casamento porque não vão a votos, obviamente que esta tudo dito. A mim, a si e a todos os portugueses responsáveis dá-nos um índice de preocupação bem alto sobre o nosso futuro, porque nós queremos um país com estabilidade, a crescer bem, a resolver os problemas que temos para resolver e não um país a jogar ao jogo político e a adiar problemas. Acho que era muito importante votar o Programa de Estabilidade. O meu partido acho que também não quer, acho que também não lhe dá muito jeito. É pena.

Quando chegarmos ao Orçamento de Estado aí vamos ter mesmo que votar. E isto é preocupante para a avaliação das dinâmicas de caminho de futuro para onde o país irá.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Gonçalo Nuno Caetano Alves)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹⁵

Vogal António Neto (BE)⁰¹⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹⁷

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁹

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁰

“Desejar ao nosso Vereador Eduardo Feio as maiores felicidades na nova função. E falou-se aqui na Câmara Municipal de 97 se não estou em erro. Se calhar nessa altura a construção e o sector imobiliário estariam com muito mais força e na Câmara Municipal dariam entrada muitos mais requerimentos, muitos mais pedidos de autorização para construção e se calhar a Câmara nessa altura teria outras necessidades. Portanto deixo aqui essa pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se esse paradigma se alterou ou não. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

“Filipe Guerra, os líderes das listas do Movimento Independente Juntos por Aveiro foram o Dr. Élio Maia à Câmara e o Eng. Carlos Santos à Assembleia Municipal, os dois renunciaram aos seus mandatos. Portanto, são estes os nomes e estas as pessoas. Não se baralhe, não se baralhe. E quanto à autarquia ser ingovernável obviamente que essa não é a minha leitura. Dois anos e meio de trabalho com as contas como elas estão aqui este é um município governável com uma capacidade de resolver o seu grave problema de desequilíbrio organizacional e financeiro a que chegou. Dois mil e quinze deu um bom

contributo para esse objectivo. Vamos prosseguir e conquistar esse equilíbrio dentro do prazo que temos desenhado no nosso PAM que é dois mil e vinte e três, entendendo nós que, pela análise de dois mil e quinze, esse prazo poderá ser reduzido em dois a três anos. É objectivamente possível nós conseguirmos esse objectivo.

Quanto a milagres, António Neto, nós não pertencemos aos seres humanos isentos de pecado e não somos capazes de fazer milagres. Essa competência não chegou ainda à nossa mão. Quanto à sua frase “vai continuar o aumento de impostos”. Olhe, vai ter que mudar de disquete, vai ensaiando até ao final do ano porque nós vamos trazer uma proposta à Câmara e à Assembleia Municipal para usarmos a nova competência que a Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis já nos permite que é o nosso valor limite máximo deixe de ser zero cinco e passe a ser zero quarenta e cinco. Depois vai ter que arranjar um novo slogan diferente para os nossos municípios que pagam IMI.

Dr. Jorge Nascimento, a actualização das rendas não é feita pelo IMI, é feita pelo índice de preço ao consumidor que nestes últimos anos tem andado entre o zero e valores muito baixos. Portanto, o IMI não conta para actualizar rendas; é o elemento chamado índice de preços ao consumidor que é utilizado para fazer a actualização das rendas. Além de mais fala-lhe um inquilino e sei bem o que é essa matéria. Convém não baralharmos as pessoas e é importante não baralharmos as pessoas.

Francisco Picado eu tenho o maior respeito e consideração por V. Exa. Quando uso uma palavra, que para mim não é uma palavra mal educada, nem pensar nisso, nem exagerada. São palavras às quais eu recorro na dialética política ao meu estilo porque eu uso o meu estilo, não gosto de usar o estilo de mais ninguém. Expressões desta natureza “baralhado” ou “retórica absurda” são, para mim, expressões absolutamente normais na dialética política. V. Exa. acha que não. Eu julgo que há bocado quando usei o “baralhado” e a “retórica absurda” estava a fazer comentário genérico às quatro intervenções e não era exactamente para si que iam essas matérias, até porque é um homem que pode perceber menos de política do que eu mas de contas é minha convicção que sabe mais. Portanto, é sempre uma opinião e uma intervenção que eu oiço com particular atenção porque sei que, pelo menos, na matéria financeira é uma opinião balizada, mais do que a minha formação de base é engenharia, eu não tenho formação de base em finanças. Tenho depois é a formação da vida, nomeadamente nesta matéria das finanças locais.

Quanto ao elefante, Dr. Jorge Nascimento, temos um, é amarelo às riscas, custa-nos meio milhão de euros por ano mas cuidamos dele o melhor que somos capazes. Entregá-lo a uma associação seria acabar com a associação. Gostamos muito de todas as que temos, não o entregamos mas disponibilizamos para que ele seja um elemento positivo das nossas associações e da vida do nosso município. É um elefante que gostamos dele e cuidamos o melhor possível e teve bons resultados no exercício de dois mil e quinze. Nós queremos que venham a ser muito melhores.

Quanto à comparação de noventa e sete com dois mil e quinze ela é possível mas tem que ser feita num quadro de análise muito objectiva, de globalidade na análise da despesa e da receita porque se não só dá frases curtas e interessantes mas não dá acesso à análise objectiva de realidades tão profundamente diferentes quanto aquela que tivemos em dois mil e quinze e aquela que tivemos em mil novecentos e noventa e sete.”

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰²² ponto 2 – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, de 2015, da Câmara Municipal de

Aveiro, sendo as mesmas aprovadas por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD13+CDS6+PS3+IND1) nove abstenções (PS6+PCP1+IND2) e um voto contra (BE1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2015, da TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. - Em Liquidação, EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – Em Liquidação, MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – Em Liquidação e AVEIROEXPO – Parque de Exposições de Aveiro, E.M;

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 30/03/2016, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa em exercício⁰²³ deu a palavra ao Presidente da Câmara, que remeteu para a sua apresentação no ponto anterior.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁴

“Muito sinteticamente apenas me referiria apenas aquilo que são as Contas da empresa MoveAveiro. E a impressão com se fica e naturalmente estamos a falar de documento de natureza acima de tudo técnica, portanto não vou discutir isso e não é minha vontade nem intenção, pois não há condições para isso devido ao regimento.

Mas só sobre a MoveAveiro que é aquela que valerá a pena dizer mais alguma coisa. É o seguinte: Se há coisa que estas contas provam, mesmo já as anteriores, é que a MoveAveiro poderia ter sido melhor gerida. Era possível ter salvo aquela empresa, que aquilo que aconteceu foi um acto de sabotagem com vista à sua extinção. Um plano urdido e construído ao longo de anos, a que se o PCP sempre se opôs desde a primeira hora. Absolutamente lamentável. E é interessante observar como é que uma empresa que tendo-lhe acontecido o que aconteceu, feita todas as maldades possíveis, à empresa e aos seus trabalhadores, que lhe retiraram o filet mignon”, as linhas mais rentáveis, mais vantajosas para a empresa, tudo. Ainda assim consegue ir recuperando. Eu acho que isto é de facto extraordinário e é o que me apraz salientar deste documento. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Muito obrigado Senhora Presidente. Também para bater no ponto da MoveAveiro. Dizer na globalidade e sem ter a capacidade técnica de ver as contas em pormenor, dizer que a MoveAveiro, como disse aqui o colega do PCP, de facto o processo para a sua concessão, o objetivo inicial sempre foi dos vários executivos a própria sabotagem. Sabotagem nesta empresa que é essencial na mobilidade em Aveiro. E que de facto foi sabotada permanentemente com um objetivo de extinguir um serviço público de transportes em Aveiro.

Relativamente à TEMA também tem um processo de extinção mas aqui também refletir de facto a cultura aveirense e perguntamos mais uma vez ao executivo qual é a política cultura da Câmara? Já tivemos aqui notícias pelo senhor Presidente de que há um grande plano que vem aí, não sei, ainda não sabemos qual é o grande plano. E para perguntar se esse grande plano será também a Feira de Março.

Uma terceira nota relativamente à EMA. Mais uma vez devido à complexidade e à estrutura em si, continua a ser absorvedora de dinheiros públicos. A sua extinção era mais que anunciada. E também dando uma nota final sobre a constituição destas empresas que antes deram emprego a centenas de pessoas partidárias que assim conseguiram viver à custa do erário público, sem nada fazerem, sem nada perspectivar. E depois com o decorrente da própria movimentação política e governamental, mais cedo ou mais tarde percebia-se que iriam extinguir-se. Muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Apenas uma nota muito simples. Estamos a falar de empresas em liquidação, que são o que são. Tendo este processo o seu início o que se espera é que se conclua o mais breve possível. Não vale a pena estar aqui escarpelizar uma séria de questões que conduziu nomeadamente à MoveAveiro como tal e portanto não valerá a pena tecer aqui considerações sobre estas empresas, exceto sobre a AveiroExpo. Portanto o que gostaria de saber é, nota-se aqui alguma recuperação do ponto de vista dos resultados e gostaria de saber o que é que a Câmara tem preconizado para a AveiroExpo nos tempos próximos.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁷

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Como todos sabem este processo de internalização das empresas esteve a decorrer. Decorre da obrigatoriedade da Lei 50/2012. Algo que já devia ter acontecido há muitos anos. Quantos milhões foram gastos por não terem sido extintas na hora certa. Milhões que fizeram falta em outras áreas de intervenção da Câmara Municipal de Aveiro. Quanto milhões não fizeram falta na rede viária, na Ação Social, na Educação, nas Escolas, etc. E o que é certo é que passados todos estes anos continua a não ser possível extinguir de hoje para amanhã as empresas municipais que ao longo de muito anos foram batendo recordes de passivo. E aqui realço a necessidade de aprovação do PAM. Por em três das empresas é condição para que de facto se cumpra a lei 50/2012, já para não esquecer as outras leis que não cumprimos. A lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. E portanto estas três empresas vão de facto deixar marca para sempre na condição financeira da Câmara Municipal de Aveiro.

Mas eu queria realçar não aquilo que é negativo, mas de facto aquilo que é bom. Aquilo que prova que em tempos de vacas magras consegue-se gerir bem e já aqui foi mencionado pelo deputado Francisco Picado, a AveiroExpo.

A AveiroExpo apresenta resultados líquidos positivos de 122 mil euros. É considerável esta mudança de 2014 para 2015. Um volume de negócios que aumentou 43 mil e euros e os custos diminuíram 216 mil euros!?

É possível fazer mais com menos. É possível fazer melhor com menos. É possível gerir bem um equipamento que honra Aveiro. Que Aveiro de facto precisa. E precisa de ser exportado. Precisa de casos como a Feira de Março, casos como a Automobilia, etc, etc, ultrapassem muito as fronteiras do município — e isso tem acontecido porque se não os resultados não seriam estes. E esta aposta nos certames de mais visibilidade, de mais qualidade, só demonstra que há capacidade para gerir bem este equipamento e é preciso, como em todos os equipamentos que podem gerar mais receita, que podem gerar mais-valia, é preciso continuar a alimentá-los. E se necessário ter custos para o fazer isso terá com toda a certeza o reverso da medalha. E o reverso da medalha será positivo. Não

tenho dúvidas que o resultado financeiro da Feira de Março de 2015, será bem melhor que o de 2014. Obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Muito obrigado. Eu penso que nós estamos claramente a encerrar os assuntos que estavam pendentes e que prejudicam a atividade da Câmara. E para mim a questão não se coloca se a gestão é pública ou privada. Para mim a questão que se coloca é se a gestão é boa ou não é boa.

Há situações em que a gestão pública se revela mais eficiente, Nos casos que estamos a considerar a gestão pública não se relevou eficiente pura e simplesmente. Portanto há que assumir as responsabilidades de facto de não termos tido a capacidade de não termos tido a capacidade para tratar de assuntos públicos conforme deviam de ser tratados e encontrar alternativas. Portanto confio que as alternativas encontradas irão no bom sentido. Falou-se aqui da MoveAveiro, moveram-se aqui processos de intenções a vários executivos, os problemas da MoveAveiro arrastam-se há muito tempo e portanto seria necessário ter havido um complot alargado de várias forças políticas para que se pudesse sabotar durante tanto tempo a atuação de uma empresa. É curioso que essa sabotagem não tivesse sido objeto de exposição pública, que a denunciasses devidamente. Portanto eu prefiro olhar para a MoveAveiro como alvo que sendo necessário deve uma vez mais ser bem gerido. A solução que foi encontrada por este executivo neste momento caminha no sentido de assegurar o transporte com o custo que o município pode suportar. Aliás as empresas de transporte do país são claramente daquelas que mais prejuízo tem trazido ao país. São claramente umas das responsáveis pelo estado a que as finanças públicas chegaram, porque foram cúmplices na desorçamentação e no esconder tudo aquilo que de mau se passava. E portanto, espero bem que nós tenhamos a capacidade agora de olhar para a satisfação das necessidades de mobilidade dos cidadãos através de formas mais eficientes independentemente de a gestão ser pública ou ser privada. Portanto penso que será isso que vai acontecer.

Quanto à TEMA eu devo dizer que estou muito satisfeito por ver que maior vivacidade naquilo que se verifica em Aveiro nessas áreas de intervenção. E portanto estou plenamente consciente, convicto, de que nós iremos ter melhorias consideráveis na nova forma de organização. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[030](#)

“Ao Filipe Guerra e ao António neto, em relação à MoveAveiro está tudo dito e agradecer a ajuda do Henrique Diz. Já falámos disto várias vezes aqui. Nós herdámos o que herdámos e não outra coisa. Esta empresa pode ser muito melhor gerida, os dados de dois mil e quinze dizem-no, mas não tem solução dentro de si própria, nomeadamente pela necessidade de investimento que temos nos instrumentos de transporte. Eu subscrevo o que vocês disseram, com outras palavras, com outra profundidade, mas essa não é a MoveAveiro que nós encontramos. A MoveAveiro que nós encontramos exige uma reestruturação profunda, tem despesas de funcionamento absolutamente anormais, muito mais altas do que aquilo que é o normal para empresas do sector e tem uma necessidade muito grande de investimento para qualificar os instrumentos de mobilidade, as embarcações e os autocarros. Só comparando os nossos exercícios de dois mil e catorze e de dois mil e quinze nós aumentámos os rendimentos em dezassete vírgula cinco por cento, estou a comparar dois mil e quinze com dois mil e catorze, ou vice-versa, e mesmo assim, no grupo dos rendimentos, tivemos uma redução de quatro por

cento nos transportes rodoviários. Tivemos uma subida muito interessante de nove por cento no fluvial, estamos a falar de receita, e tivemos um decréscimo de quatro por cento no rodoviário. De facto, a decisão que a Câmara tomou em tempos, não de sair dum parte da operação, prejudicou estruturalmente a sua operação. Como é que isto se vai corrigir? Dr. Jorge Nascimento, pela concessão. Mais uma vez ao seu dispor para lhe explicarmos como é que a concessão vai ter muito mais oferta quantitativa e qualitativa na componente rodoviária do que aquilo que temos hoje. O que temos hoje é o que tínhamos quando chegámos à Câmara, nós não mexemos em nada. Nada... estou a cometer uma gafe. Alterámos dois circuitos para que um deles pudesse entrar no campus universitário, vejam o inacreditável que não tínhamos nenhum circuito rodoviário que entrasse no campus universitário, e outro que começasse a passar à frente dos novos serviços urbanos da nossa câmara, em Taboeira. Portanto, ajustámos dois circuitos. Já não está tudo exactamente como estava mas foi só ajustar. Vamos ter mais oferta quantitativa e ela também vai crescer qualitativamente desde logo na oferta qualitativa dos autocarros. Os resultados líquidos do exercício, que já eram negativos em dois mil e catorze, a sua negatividade que continuou a ser negativa em dois mil e quinze, essa variação positiva do resultado líquido negativo foi de sessenta e três por cento. A evolução na gestão teve resultados evolutivos, muito positivos de dois mil e catorze para dois mil e quinze, embora mantendo-se me patamares negativos que continuam a ter a validade como boa a melhor opção possível na concessão que está em pleno desenvolvimento.

Quanto a questões do plano cultural cá vimos falar um dia destes sobre isto hoje não é dia para se falar sobre essa matéria. Chamo só a atenção para uma pequena nota que não queríamos que se soubesse mas por exigência do artista tivemos que divulgar, um dos grandes artistas de certa tipologia de música na sua tournée europeia vai fazer quatro concertos em Portugal, um dos quatro é em Aveiro, e já tem tudo a ver com a nova gestão que estamos a incutir. Não queríamos que se soubesse mas tivemos que dar notícia por decisão do artista e do gestor de marketing. Prepare-se e apareça António Neto, por exemplo, no dia doze de maio, no Museu de Aveiro, estão todos convidados para verem o primeiro grande produto da nossa gestão; é inaugurada ao final da manhã do dia doze de maio.

Francisco Picado, a gestão da AveiroExpo continua apontada para a sua adaptação a uma gestão sem fins lucrativos. É para aí que estamos a trabalhar com dificuldades no tratamento jurídico desta opção, com dificuldades na extinção da própria empresa, mas esse continua a ser o nosso objectivo. Sendo que enquanto a empresa for a que é procuraremos geri-la o melhor possível. Como o Paulo Marques exemplificou com alguns números, de facto, ela já esteve em dois mil e quinze num patamar muito interessante, positivo nas suas principais performances financeiras.

A última nota que queria deixar é este balanço desta abordagem que todos fizeram às contas destas nossas empresas que estão em liquidação, em processo de extinção definitiva, mas que ainda existem e têm que continuar a existir por causa daqueles dois motivos que abrangem as três: internalização da dívida, já internalizámos os serviços da TEMA e da EMA, já é a Câmara que gere o estádio e que gere o Teatro Aveirense, mas ainda não pudemos internalizar a dívida, ainda não podemos pôr a dívida destas entidades na Câmara e pagá-la porque só o podemos fazer com o PAM formalmente aprovado. Na MoveAveiro acresce o processo da concessão. Portanto, estas entidades continuam a existir e nós temos que cuidar de toda a gestão administrativa e financeira, colocando-as a fazer o mínimo absoluto. Por exemplo, na EMA a EMA tem que continuar a pagar ao seu funcionário que não assinou o contrato de cedência. Como a TEMA tem alguns funcionários que não assinaram contrato de cedência. Quem é que

lhes paga? A TEMA e a EMA. Aos outros que assinaram contrato de cedência quem lhes paga é a Câmara. Só para deixar a nota clara daquilo que existe e daquilo que é a vida das empresas nesta fase em que estão de liquidação.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [031](#)

Obrigado Senhor Presidente. Aqui só umas pequenas dúvidas e considerações. Uma pergunta Senhor Presidente. Se este protocolo que surgiu agora entre o governo central e as várias Câmaras do distrito de Aveiro, no chamado programa de mobilidade de duas rodas, penso eu, se a Câmara está dentro deste protocolo?

Uma pergunta que tem também a ver com a concessão. Fá-la-ia mais à frente, mas como está com as mãos na massa, como assim se diz, posso eventualmente fazer esta pergunta. O Senhor Presidente fala de oferta qualitativa e quantitativa para a nova concessão dos transportes públicos de Aveiro, que deixam de ser públicos e passam a privados. Qual é a garantia da empresa concessionada para que possa continuar a fazer isto e se vamos ter mais ou menos qualidade? E se houver menos pessoas andarem nestes transportes obviamente que a empresa encerrará esses circuitos e o que é que a Câmara Municipal pretende fazer se isto vier a acontecer?

Outra coisa Senhor Presidente. Vou a muitos eventos em Aveiro que se calhar o Senhor Presidente não vai porque não gosta do estilo musical, mas no último sábado fui a um concerto organizado pela Associação José Afonso, que trouxe o maior artista co-autor ainda vivo em Portugal e que infelizmente a Câmara não esteve presente! Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [032](#)

“Só uma nota. António Neto. Os transportes são públicos e vão continuar a ser públicos. Trata-se de uma concessão e não de um processo de alienação de uma empresa. Portanto, corrija o seu português para não baralhar os cidadãos que o ouvem. Os transportes são públicos e vão continuar a ser públicos. Fica também o convite para vir a uma conversinha comigo, com o Vereador Jorge Ratola, para lhe explicarmos aquilo que está no contrato de concessão. Eu percebo que não tinha tido tempo, de facto o processo é muito complicado e muito grande. Qual é a tal oferta quantitativa e como no caderno de encargos estão os mecanismos, para responder à sua questão, de garantia de que as coisas vão funcionar bem. É o processo ele próprio que tem todos os mecanismos dessa garantia e que a Câmara tem que o gerir. Eles estarem apenas no contrato não chega. O processo integra esses mecanismos. Fica para a gestão a boa gestão, passe o pleonasma, desses processos. Quanto à minha falta à Associação José Afonso são questões de agenda, não é possível ir a tudo por mais que eu queira e me esforce, e vou a imensas coisas. Tinha pensado ir ao concerto no domingo à tarde que era, para mim, mais interessante mas coincidiu com a hora do Beira Mar versus Requeixo e achei mais interessante ir ver o Beira Mar. Embora dizer-lhe que sou um grande fã de música de intervenção e da música do José Afonso. Portanto, não tenho, a esse nível, nenhum problema de género musical. Sou um grande fã. Apenas a minha agenda não me permite ir a tudo. Devo dizer-lhe que agora até mês esforço por ouvir mais música de intervenção para estar melhor ambientado à situação política da maioria que nos vai tentando governar.”

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa em exercício, declarou este ponto 3 da ordem-do-dia concluído, anuindo o plenário como apreciados os documentos apresentados pela Câmara Municipal.

Ponto 4 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Plano e Orçamento 2016.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 30/03/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa em exercício⁰³³ deu a palavra ao Presidente da Câmara, que remeteu para a sua intervenção tida no ponto inicial dos trabalhos.

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Neste ponto aqui também não farei grandes considerações. Somente mesmo para afirmar aqui na essência esta revisão do orçamento, o plano de 2015 continua na mesma digamos assim, só mesmo com a inclusão do PAM. E aqui nos distanciamos vigorosamente. E devido às considerações todas já aqui salientadas, que de facto esta inclusão do PAM alegrava mais a vida dos aveirenses.”

(Entretanto saiu da Sala o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira).

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Senhor Presidente, só aqui uma pequena questão. Na rubrica dos consumos de iluminação pública houve um reforço de meio milhão de euros. Gostaria de questionar este valor. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Para responder ao Simão Quina dizer que este reforço tem a ver com uma realidade. Já começámos a aumentar um bocadinho no ano passado mas aumentámos a despesa com a iluminação pública. Porquê? Basicamente porque acabámos com a escuridão do fim da tarde, embora a do fim da tarde já acabámos em dois mil e catorze, já teve impacto na despesa de dois mil e quinze, e no final de dois mil e quinze, com efeitos sobre dois mil e dezasseis, acabámos com a escuridão do início do fim da noite. Fizemos a justaposição do relógio astronómico ao pôr e ao nascer do sol. E isso contribui para esse valor. E depois estão resolvidos vários problemas de apagões permanentes como era o da Praça da República, como era o da fachada da Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Temos feito um investimento relevante em capacitação da rede de iluminação pública e isso quer dizer aumento da despesa e que a assumimos com toda a clareza e também como um dos retornos aos cidadãos que pagam mais IMI. Não conseguimos, infelizmente, no trabalho como Governo no quadro da negociação da ANMP no Orçamento do Estado, a luta vai continuar, de redução para a taxa mínima de IVA da iluminação pública porque não se admite nós pagarmos vinte e três por cento. Portanto, esses vinte e três por cento são uma despesa de tipologia diversa em IVA. É claramente a consequência das medidas que fomos tomando ao longo dos últimos anos, com uma incidência mais forte sobre dois mil e quinze.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰³⁷ ponto 4 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Plano e Orçamento 2016, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD13+CDS6+IND3) oito abstenções (PS8) e dois votos contra (BE1+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰³⁸

“Só para deixar declaração de voto do PCP, que o nosso voto contra não é contra este documento em si. É naturalmente fundado na nossa profundíssima oposição àquilo que é o FAM e o seu impacto na vida do concelho e das populações.”

Ponto 5 – Apreciação e votação das Propostas de 2ª prorrogação do prazo de liquidação da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M., EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. e MOVEAVEIRO - Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 30/03/2016, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰³⁹ deu a palavra ao Presidente da Câmara que remeteu para a intervenção que fez inicialmente.

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Relativamente a este ponto, segunda prorrogação do prazo de liquidação das empresas, já tive aqui oportunidade de referir relativamente as estas empresas que esta criação de empresas foi de facto potenciador de diversos gestores através da sua cor partidária, dando o problema das chefias versus concessão com gestão pública, mas esta situação continua a surgir relativamente à não aprovação do PAM. Mais uma vez surgem dúvidas para o Bloco de Esquerda enquanto não houver o Tribunal de Contas com o visto relativamente ao facto de PAM continuará a surgir este problema.

Temos também algumas preocupações relativamente a estas empresas municipais relativamente aos próprios trabalhadores que alguns assinaram contrato de rescisão. Preocupa-nos também a própria precaridade de alguns trabalhadores. Sabemos que alguns destes trabalhadores durante anos tiveram contratos ilícitos, digamos assim, devido a serem falsos recibos verdes. Sei que muita gente acha isto normal, mas para o Bloco de Esquerda que combate todos os dias essa precaridade não acha normal e não justificamos essa anormalidade. E finalizando esta minha intervenção relativamente à MoveAveiro. Aqui já se debateu as diversas circunstâncias que levou à concessão dos transportes públicos de Aveiro, mas é importante também falar do porquê ou sendo possível devido ao subfinanciamento e não estando enquadrado nos projetos de

financiamento do programa 20-20, era importante haver uma intermunicipalização destes serviços e como vimos da execução do orçamento camarário há uma demonstração efetiva que estes serviços seriam de facto usados convenientemente para o serviço da população aveirense. E aqui mais uma vez retomamos a defesa intransigente daqueles postos de trabalho em todas estas empresas. E relativamente à amortização continua o mesmo problema enquanto não for aprovado o PAM esta situação será sempre aqui apresentada nesta câmara. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Senhora Presidente deixe-me só manifestar o meu desagrado democrático porque cada um é livre de manifestar as suas opiniões (por isso é que se fez o 25 de Abril) perante as insinuações permanentes à cerca da gestão das empresas públicas que tanto aparentemente se querem defender e das pessoas que para elas foram nomeadas.

Eu devo dizer que acredito para já na separação de poderes. E acredito que o poder judicial desempenha as suas funções como deve ser. E por isso mesmo, acredito também que sempre que alguém tem suspeitas acerca de daquilo que é a má gestão dos interesses públicos se deve dirigir a quem de direito para que essa má gestão eventual seja investigada. Por quem quem sabe e por quem tem obrigação de o fazer.

Portanto eu repúdio veementemente a insinuação permanente que se faz acerca das pessoas que aceitam cargos públicos. Repúdio porque é um atentado à honra dessas pessoas e repúdio porque o que se está a fazer é claramente afastar da gestão pública os melhores, que não tendo necessidade de terem emprego público, porque o encontram no privado, não querem ser permanentemente julgados por quem se limita a fazer juízos de valor e não apresenta provas rigorosamente nenhuma. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação no respeitante ao ponto 5 – Apreciação e votação das propostas de 2ª prorrogação do prazo de liquidação da TEMA⁰⁴² – Teatro Municipal de Aveiro, EEM., sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD13+CDS6+IND3) nove abstenções (PS8+PCP1) e um voto contra (BE).

Continuando, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação no respeitante ao ponto 5 – Apreciação e votação das propostas de 2ª prorrogação do prazo de liquidação da EMA⁰⁴³ – Estádio Municipal de Aveiro, EEM., sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD13+CDS6+IND3) nove abstenções (PS8+PCP1) e um voto contra (BE).

Ainda no seguimento, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação no respeitante ao ponto 5 – Apreciação e votação das propostas de 2ª prorrogação do prazo de liquidação da MoveAveiro⁰⁴⁴ – Empresa Municipal de Mobilidade, EEM., sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD13+CDS6+IND3) nove abstenções (PS8+PCP1) e um voto contra (BE).

Seguiu-se a declaração de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴⁶

“Gostaria apenas de reforçar a posição do PCP em relação à defesa dos Serviços Públicos, prestados pelas três empresas agora extintas.”

Ponto 6 – Apreciação do 13.º e do 14º Relatórios Semestrais de Acompanhamento da Execução do plano de Saneamento Financeiro.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 30/03/2016, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁴⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara que remeteu para a sua intervenção inicial.

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁸

“Muito obrigado Senhora Presidente. Relativamente aqui a este ponto em debate, o Bloco de Esquerda sempre achou este Plano de Saneamento irrealista e com alguns pontos um bocado caricatos, mas deixarei para futuro essa análise.

Aqui salientamos mais uma vez que é um Plano de austeridade, muito salientado na privatização e nas parcerias publico privadas e concessões. Empréstimo que não me parece que irá resolver o problema. Só vejo o agravar todos os outros problemas.

As medidas sociais não se refletem. Há uma diminuição dos trabalhadores efetivos e isto implicará de facto diminuição dos serviços públicos prestados pela Câmara. E mais uma vez gostaríamos de perguntar o que é que a Câmara Municipal entende por serviços públicos essenciais já que grande parte deles já não estão na esfera pública! E no fundo esta vertente de acharmos que é uma realidade quando se transfigura na própria irrealdade e ou um mar-de-rosas versus pontos negros.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

“Senhora Presidente, só para dar nota ao António Neto que o nosso entendimento de serviços essenciais é o que está no artigo terceiro da Lei FAM. Portanto Senhor António Neto, se ler o artigo da Lei FAM é exatamente isso os serviços essenciais. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa em exercício, declarou este ponto 6 da ordem-do-dia concluído, anuindo o plenário como apreciados os documentos apresentados pela Câmara Municipal.

Ponto 7 – Apreciação e votação da Dissolução e Extinção da AGIR Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/04/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁵⁰ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe, que escusou no momento usar da palavra.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

“Em relação a este ponto só dizer o seguinte. Esta Associação que teve um início de atividade absolutamente turbulento, que tinha a ver desde lofô com os documentos que a fundavam, e o conjunto de disposições que lá continham, tornavam esta parceria absolutamente desequilibrada.

Também é recordação minha que na altura em que esta AGIR foi criada a justificação que foi dada não foi aquela que o Senhor Presidente de Câmara apresentou aqui no início desta Assembleia Municipal foi outra. Enfim, vamos vivendo, vamos aprendendo.

Por último. É um facto que esta Associação teria sempre dificuldades para andar. O PCP na altura em que isto teve votação votou contra. Apresentamos na altura os nossos motivos que não são substancialmente diferentes. Não gostaria no entanto de deixar de reafirmar a necessidade de revalorização do espaço público, nomeadamente nas zonas e todo o concelho naturalmente, mas atendendo à especificidade as zonas centrais do concelho de Aveiro. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE)[052](#)

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[053](#)

“Na temporalidade em que esta Associação funcionou, ainda foram captados alguns fundos e foram aplicados em desenvolvimento de vários estabelecimentos. Estou a pensar na rua Direita onde alguns foram modernizados, e que não foi despendendo se atendermos a que o património imobiliário seja ele de comércio seja de habitação, está em condições completamente insatisfatórias na cidade de Aveiro. Isso é manifesto.

A nossa Avenida está envelhecida e portanto uma Associação deste tipo sempre seria útil. Mas o Senhor Presidente disse que esta Associação agora não tem integração porque o quadro do QREN acabou e portanto agora haverá outras perspectivas de captação de fundos. E então um gostaria de ouvir do Senhor Presidente uma explicação mais completa quanto àquilo que esta Associação ainda desenvolveu e qual é a alternativa. Portanto saber se será necessário outro tipo de ativismo, se a Câmara pode captar fundos e o que é que a Câmara perspectiva em termos de incentivar a reabilitação do património urbano existente na cidade, especialmente da nossa Avenida que está completamente ao abandono. É notório que está completamente degradada. É isso que nos preocupa e depois vamos ver as explicações do Senhor Presidente. Muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[054](#)

“Boa noite a todos. Eu tenho consciência, para falar a verdade, que a Câmara anterior tentou fazer alguma coisa no que toca ao desenvolvimento e dinamização do centro histórico de Aveiro. E acompanhei de perto quer como comerciante, quer como Presidente de Junta, na altura da Glória, e tentou-se na realidade fazer. Mas também de depressa me apercebi que quer por parte da Associação Comercial de Aveiro, parceiro importante e direto neste projeto, quer por parte dos meus colegas comerciantes, nunca houve assim realmente muita motivação, nunca senti que esse projeto pudesse andar para a frente. E quando o desânimo se instala é evidente que as coisas não caminham e não vão na verdade muito longe.

Tentou-se caminhar, mas a certa altura, falando uma linguagem clara e entendível, faltaram forças anímicas, faltaram pernas para que o projeto de facto andasse para a

frente. E por isso mesmo não tenho qualquer problema em votar a favor da sua extinção porque aquilo há muito tempo que acabou e não é recuperável.

De momento constato que existe outro movimento designado pela “CORDA” a que a Junta está dar algum apoio, e as pessoas envolvidas neste projeto da CORDA têm outra pedalada, tem outro dinamismo, se calhar quanto a mim com alguma seriedade. E compete aqui à Câmara Municipal através da CORDA ou por iniciativa própria (e isso está nos objetivos da Câmara Municipal) realizar qualquer que vise uma melhor atividade comercial e com certeza a recuperação urbana e a dinamização de espaços fechados e tudo o que possa na realidade contribuir e que depressa nos faça esquecer aquele projeto designado por AGIR, que sinceramente estava condenado à partida pese embora fizessem alguma coisa. E repetindo palavras de há bocado, nunca vi na verdade força anémica para irem muito longe. Portanto sem qualquer dificuldade voto a favor da dissolução deste projeto AGIR. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [055](#)

“Duas ou três notas. A primeira para dar nota ao Dr. Jorge Nascimento que as ações da AGIR não tinham a ver com edificado, não tinham a ver com valorização patrimonial nem de património público nem de património privado. A lógica era de dinamização de atividades que fossem elas próprias indutoras de mais atividade comercial no sentido de consumo. Sei lá, um dos grandes projetos era o “cartão do cliente”. E comprou-se uma plataforma eletrónica, etc, o seja houve investimento para criar um cartão com mecanismo de gestão para haver os descontos e ser um elemento de promoção. Portanto era aqui na dinamização das atividades que estava o trabalho da AGIR e não na qualificação da coisa física.

O que é que vamos ter agora? Dizer que em Portugal os estudos de urbanismo comercial, em regra, foram um fracasso total, com muitas poucas exceções. Sejam os do PROCOM financiados primeiro, os do URBECOM que foram os últimos, grosso modo a operação não teve grande sucesso para ser mais simpático.

O que é que temos agora no Portugal 2020? Temos nós gestores da coisa pública os instrumentos agora chamados de “desenvolvimento urbano” no nosso caso o PEDUCA que nos vai permitir fazer investimentos de qualificação de espaço público, sendo que a regra para qualificar o espaço público, é ter havido nos últimos 5 anos ou haja com licenciamento simultâneo, operações de qualificação de património para unidades comerciais. Por exemplo, nós vamos poder fazer uma obra de qualificação da Lourenço Peixinho ou do Rossio porque nos últimos 5 anos abriu lá um alojamento local num edifício que já existia – por exemplo. Ou numa rua qualquer que agora não me vem à memória, em que não aconteceu lá nada, nós vamos fazer qualificação se em fase simultânea houver licenciamento de operações privadas.

Há um condicionalismo mais forte ao investimento na coisa pública, subordinada à existência de investimento privado que o justifique. E esta é uma regra base. Depois já temos alguns instrumentos disponíveis de uso direto dos privados. Sejam os chamados CIACs que são sistemas de apoio a estruturas de dinamização de atividades – e há CIACs de vária natureza, de internacionalização, de empreendedorismo, de dinamização comercial, etc, financiados ou pelos programas operacionais regionais ou pelo programa da competitividade e da internacionalização, que são as duas fontes principais. E depois teremos (sinceramente não sei quando é que vamos ter) um instrumento que vai funcionar agregado aos PEDUs. No nosso caso também o nosso PEDU vai ser compartilhar financeiramente porque só os municípios que participam o instrumento financeiro é que vão, ou melhor, as empresas, os proprietários, desses

municípios podem aceder. Se nós não participarmos o Fundo a nossa gente não pode aceder. A nossa decisão foi sim, participamos o fundo.

E o que é o Fundo? É isso mesmo. É um instrumento financeiro que vai facultar empréstimos num prazo longo e de juro baixo para que os proprietários e ou investidores façam então o tal trabalho de qualificação física dos edifícios que existem. Isto não dá para construir de novo. Isto só dá para reabilitar o edificado existente e nalgumas circunstâncias esse financiamento integra a operação comercial que esteja em causa em cada uma dessas unidades.

Isto só sumariando alguns dos instrumentos que teremos. No nosso caso os principais são aqueles que vão estar agregados ao PEDUCA e na área de incidência da tal ARU (área de reabilitação urbana) que proximamente traremos à Assembleia Municipal para formalmente a aprovar. Muito o brigado.”

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁵⁶ ponto 7 – Apreciação e Votação da Dissolução e Extinção da AGIR - Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por unanimidade(PSD13+CDS6+PS8+BE1+PCP1+IND3).

Não houve declarações de voto.

Ponto 8 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação: Por políticas públicas para o bem-estar animal.

De seguida a Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente da Proposta de Recomendação (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal António Neto (BE):⁰⁵⁸

“Relativamente a este ponto que trazemos aqui como proposta e como o nome indica, alguns pontos de recomendação à Câmara Municipal.

Relativamente a esta proposta do Bloco de Esquerda traz a esta câmara para em termos para explicar para além de diversas associações de cariz da defesa dos direitos dos animais em que tivemos diversas reuniões relativamente a este ponto e como todos senhores deputados devem ter recebido as propostas não sei se haverá alguma dúvida ou alguma questão que queira pôr. Mas realçar que o município com o canil que está localizado em Ílhavo tem alguns problemas devido à particularidade que ocorre muitas vezes no município é importante que a Câmara Municipal tenha um plano mais efetivo e de responsabilidade relativamente a estes animais que por vezes errantes e não só a recolha e depois proceder ao abate. O Bloco de Esquerda defende que o abate não é solução. E se formos ver e também no documento está expresso isso, existe uma preocupação de todas as Câmara Municipais e todas as organizações relativamente aos fundos que se gastam, digamos às questões financeiras, que apoiaram esta proposta. Temos que ver que o Bloco de esquerda que defende a esterilização e não o abate, põe a apreciação desta câmara a desvantagem da atual situação de abate no canil de Ílhavo. Porque um estudo feito na Universidade do Porto reflete que há uma poupança significativa na esterilização versus abate dos animais, neste caso os canídeos. E sem mais demora estou à disposição para o que tiver pertinente relativamente ao documento.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[059](#)

“Esta Assembleia já assistiu mais que uma vez, inclusive no período de intervenção do público, à defesa de melhores condições para os animais, designadamente nos ataques à forma como esta Câmara se perfilou relativamente ao Matadouro, digo ao Canil, e da forma como a Câmara tratou o problema dos animais abandonados especialmente cães, enviando-os para Ílhavo. E a forma como o canil de Ílhavo não tem condições para que não redunde no abate.

Portanto a ideia aqui apresentada no geral é boa. O bem-estar dos animais. Porque é que não devemos ter o bem-estar dos animais. Isto é uma simples recomendação que deve ser levada a sério, não é, tenha a origem neste ou outro partido. E portanto nós não temos observação nenhuma de princípio que não seja completamente a favor. Portanto o que é preciso é desenharmos as condições para que os animais sejam tratados da forma mais decente possível. E se é essa a ideia da proposta o proponente que diga quais são os objetivos concretos que a proposta encerra e nós em princípio estaremos de acordo com esta finalidade com este enunciado que vem na proposta. Não podemos estar contra. Muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

“Deputado António Neto eu li toda a exposição que foi feita. É uma recomendação à Câmara e não mais do que isso à Câmara Municipal, vale o que vale. O Senhor Presidente da Câmara dar-lhe-á a importância que muito bem entender com certeza numa perspectiva de desejar o melhor para os animais. E a minha intervenção baseia-se apenas no facto de que eu gosto de animais. Ou não tenha como exemplo um gatinho há sete anos na Junta de Freguesia que é a nossa mascote. Logo que chego de manhã vai atrás de mim para o meu gabinete. Portanto sou um defensor realmente dos animais daí a minha intervenção. Para além dizer que em minha casa tenho também dois gatinhos, o cãozinho já morreu, tenho dois gatinhos, na companhia, que quando chego a cada vêm para o meu colo, enchem-me de pelos, mas não deixo de dispensar o meu carinho e a minha amizade e a minha ternura para com os animais. Portanto compreendo a vossa exposição. Só não estou de acordo quando dizem que a Câmara retira os animais dos bairros sociais. Não é verdade! Não é verdade. Os animais incomodam de facto as pessoas e muitas das pessoas não tem condições para os ter em casa. Caro deputado António Neto há apartamentos que não tem condições para terem os animais particularmente os cães. E como o Senhor sabe, para se legalizar um cão ou um gato tem de passar pela Junta de Freguesia. Faz parte das nossas competências, portanto eu estou à vontade para lhe dizer que não é fácil termos cães nos apartamentos. Os apartamentos que têm áreas cinco estrelas terão de facto condições. Porque os vizinhos não deixam, porque os cães ladram e incomodam porque deitam realmente cheiros. Agora estamos bem estruturados para realmente cuidar dos animais, os abandonados, os que não podem estar nos apartamentos. Temos realmente um canil em condições para dar a resposta adequada, humana, aos animais? É pá, pronto. Se calhar não temos. Mas também sei que se está a trabalhar de facto nesse sentido. E portanto não vamos aqui dramatizar as coisas. Fundamentalmente a minha intervenção é para dizer que eu gosto dos animais e que como tal, sem qualquer dificuldade, vou-me abster.”

Vogal Henrique Diz (PPS/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[061](#)

“Senhor Presidente, eu vejo com muito agrado esta união que governa o país, entre o Bloco de Esquerda e o PAN (Pessoas/Animais/Natureza). Acho que é muito interessante verificar-se que a colaboração se estende a outros domínios. Lamento imenso que o documento não se refira sempre ao masculino e não se refira à expressão das cadelas e das gatas, acho que é uma falha grave do documento. Lembro que vadio significa vagabundo e que comunitário significa relativo à comunidade e que comunitário é o gato que a Junta de Freguesia tem. Esse é que de facto comunitário. Não reconheço isso a mais nenhum animal que esteja aí na rua.

Ouçá, a Câmara Municipal de Aveiro está a fazer o que pode fazer em prol dos animais que são abandonados ou que nascem aí pelas ruas e não creio que seja neste momento a altura para aumentar a luta política por este assunto. Portanto a generalidade da bancada do PSD votará contra a proposta que aqui está. E gostaríamos evidentemente de discutir outras coisas mais importantes.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶²

“Muito obrigado Senhora Presidente. O que está aqui proposto nestes dez pontos é o que está aqui dito. Não é mais que isso. Já vimos aqui pelas diversas intervenções que todos nós temos preocupações com o bem-estar animal. Isto poderia ser uma proposta eventualmente de um cidadão que viesse aqui fazer essa proposta. E como o Bloco de Esquerda é um conjunto de cidadãos achamos importante que haja esta discussão. E é tão importante que o estamos aqui a discutir. Não é importante de facto se é um cão se é um gato se é fêmea se é macho. O importante aqui é de facto darmos alguma qualidade de vida e darmos também alguma recomendação também esta câmara dar a Recomendação à Câmara Municipal, para se a Câmara Municipal assim o entender o praticar ou não se assim não o entender. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPS/PSD)⁰⁶³

De seguida o Presidente da Mesa em exercício, perguntou ao Presidente da Câmara se queria intervir sobre o assunto em epígrafe, tendo o mesmo escusado usar da palavra.

De seguida a Presidente da Mesa em exercício colocou à votação⁰⁶⁴ ponto 8 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação: Por Políticas Públicas Para o Bem-estar Animal, sendo a mesma rejeitada, com dezasseis votos contra (PSD10+CDS5+PS1) nove abstenções (PSD2+CDS1+PS5+IND1) e sete votos a favor (PSD1+PS2+BE1+PCP1+IND2).

Não houve declarações de voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Presidente da Mesa em exercício, informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à

deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰⁶⁶ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa em exercício, deu por encerrada⁰⁶⁷ a Sessão Ordinária Abril.

Eram 24:00 horas do dia 26 de Abril de 2016.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:30)